

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	52
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	57
10.8 - Plano de Negócios	58
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política***

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2020 ("Política de Gestão de Riscos").

- b) *os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:***
- i. os riscos para os quais se busca proteção**
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção**
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A Política de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas. Visa, também, orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Os principais riscos que a Companhia busca proteção são:

- (a) **Estratégicos:** Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da Companhia. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.
- (b) **Operacionais:** Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.
- (c) **Compliance:** Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.
- (d) **Tecnologia da Informação (TI):** Riscos relacionados ao uso, operação e influência da tecnologia da informação dentro da Companhia que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da Companhia.

O processo de gestão de riscos na Companhia é conhecido como ERM (*Enterprise Risk Management*) e tem início em reunião anual de apresentação/atualização para os CEOs e Diretores Executivos de cada unidade de negócio. Contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este "estabelecimento do contexto" é uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico da Companhia, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A abordagem de identificação de riscos para o ERM na Companhia é *top-down*, partindo de entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia e de cada uma de suas controladas, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e consequentemente da Companhia. Nesta etapa também deve ser definido o dono e o facilitador por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

A análise de riscos é conduzida em seguida e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos.

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco, que não possuem iniciativas de mitigação efetivas. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual. As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

- (a) Diminuir a exposição, elaborando planos de ação que gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as já existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual;
- (b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;
- (c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;
- (d) Aceitá-lo.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs). O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades definidas na Política de Riscos com periodicidade que pode variar de mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, dependendo das necessidades de gestão do risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o CEO de cada unidade de negócio e para o Comitê de Auditoria da Companhia. Os riscos priorizados de cada unidade de negócio são monitorados a partir dos status dos planos de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

Em conjunto com a área de comunicação interna, a disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Riscos bem como treinamentos na Companhia, quando necessários, além de apresentações periódicas dos resultados à Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia compartilha metodologia de classificação e tratamento dos riscos atualmente adotada pela área de Gestão de Riscos do seu controlador, Casino, pelo qual foram identificados os 10 principais riscos na visão dos executivos da Companhia.

A estrutura de governança em riscos e as suas respectivas responsabilidades são como segue:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**(a) Conselho de Administração:**

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico;
- Estabelecer através da capacidade e tolerância da Companhia os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos ("Apetite a Riscos");
- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;
- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos prioritários;
- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;
- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o desempenho das suas funções;
- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos;
- Aprovar a Política de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria:

- Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos dentro da Companhia;
- Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos prioritários alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração;
- Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações legais, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia;
- Avaliar, monitorar e informar periodicamente o Conselho de Administração sobre os riscos prioritários identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;
- Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar, aprovar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia;
- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia.

(c) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade:

- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição do Apetite de Risco e na definição dos riscos prioritários da Companhia;
- Apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;
- Assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos;
- Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia;
- Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração.

(d) Diretoria Executiva (COMEX):

- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;
- Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;
- Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;
- Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia.
- Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos prioritários;
- Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Avaliar, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da política de riscos;
- Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

(e) Diretoria de Gestão de Riscos:

- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor e integrada dentro de toda a Companhia;
- Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na Companhia cobrindo todas as unidades de negócio;
- Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, a metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;
- Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-los na redução dos níveis de exposição dos riscos;
- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições;
- Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos.

(f) Dono do risco:

- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a Diretoria de gestão de riscos;
- Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto a Diretoria de gestão de risco;
- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KRIs;
- Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.

(g) Facilitador/Responsável:

- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;
- Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos;
- Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.

(h) Auditoria interna:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
- Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;
- Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores-chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais;
- Reportar periodicamente ao COAUD e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na empresa.

(i) Colaboradores:

- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas;
- Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos.

(j) Auditoria Externa: Tem por missão profissional avaliar a qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras, reportando à Companhia as fragilidades em tais controles, se encontrarem.***c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

A área de Controles Internos e Gestão de Riscos revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna nos assuntos internos da Companhia. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções.

A Administração da Companhia acredita que a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Política de Aplicação, Captação e Câmbio, que define as principais estratégias a serem adotadas pela Companhia para mitigar os riscos de mercado, foi criada em 07/08/2006, e vem sendo revisada anualmente por sua estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- (i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

- (ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A estrutura de proteção da exposição cambial (*hedge*) adotada pela Companhia é a associação de um contrato de swap em que a posição dada (ponta ativa) é idêntica à remuneração do contrato de captação acrescida de custos acessórios, tais como IR e custos de estruturação, ou seja, indexada à variação cambial e a uma taxa anual de juros pré-fixada ou Libor + spread. A posição tomada, neste mesmo contrato, está indexada à variação de um percentual da Taxa DI.

Em todas as situações, a operação em moeda estrangeira somente poderá ser contratada se for possível realizar tal operação de *swap* em condições que a Companhia considerar favoráveis e observando o fluxo total da operação.

A estrutura de *hedge* busca neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira ao longo da operação. O instrumento financeiro derivativo, associado a esta estrutura, destina-se a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto da operação.

- (iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Contratos de *swap* de taxas de juros e taxas de câmbio no mercado local são os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial da Companhia.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

De acordo com o disposto nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB e CPC, os instrumentos financeiros devem ser marcados a mercado e contabilizados por este valor.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros é calculado por meio da atualização do valor nominal pelas taxas do mercado futuro até a data de vencimento embutindo o spread da operação e descontando a valor presente pelas taxas de mercado.

Para este cálculo, a Companhia utiliza uma curva da Taxa DI projetada e uma curva de dólar futuro projetado, obtido junto à B3.

A apuração da efetividade é feita por meio da comparação da variação entre valor de mercado da dívida (objeto de *hedge*) e da posição ativa do contrato de *swap* (instrumento de *hedge*). O cálculo foi efetuado em bases contínuas e, em 31 de dezembro de 2018, o *hedge* se mostrou eficaz, uma vez que a variação ficou próxima a 100%.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção do risco patrimonial.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração é responsável por restringir a exposição da Companhia a riscos, enquanto a Diretoria é responsável por gerenciar tal exposição, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Aplicação, Captação e Câmbio, assim como de utilização de instrumentos de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças supervisionam as atividades da Diretoria Executiva, bem como o cumprimento desta política.

c) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração avaliou a efetividade do ambiente de controles internos e concluiu que a estrutura, metodologia e procedimentos são adequados para verificar a efetividade da Política de Aplicação, Captação e Câmbio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros, possui a seguinte estrutura:

- (a) Diretoria de Gestão de Riscos, que é responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos corporativos junto aos administradores e diretores;
- (b) Área de *Compliance* para promover a cultura da ética, integridade com base nas melhores práticas de mercado visando a prevenção, detecção e resposta, identificando os riscos de *Compliance* existentes e desenvolvendo planos de ação junto das áreas de negócio responsáveis, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (p.ex.: condução de treinamentos para colaboradores, alta administração e fornecedores, revisão e implementação de políticas e controles, análise de risco de fornecedores, etc.);
- (c) Área de segurança da informação que cria políticas e monitora a proteção do ambiente tecnológico;
- (d) Área de prevenção de perdas responsável pelo monitoramento e controle de estoque;
- (e) Área de controles internos responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos e que fazem parte do escopo de avaliação da regulamentação SOX para atendimento dos requerimentos de empresas listadas na NYSE; e
- (f) Auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. A área de Controles Internos é responsável por coordenar e monitorar os testes nos controles internos visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley (“*SOX*”), sendo esta gerida pela Diretoria de Contabilidade. A área de *Compliance* da Companhia reporta ao Diretor Presidente, bem como é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, com o intuito de garantir independência do Departamento de *Compliance* no exercício de suas atribuições. As áreas de Auditoria Interna, Riscos e Segurança da informação são geridas pela Diretoria de Auditoria Interna.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – Coso emitido em 2013 para desenhar e testar os controles para fins de SOX.

Vale mencionar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Vide áreas apresentadas no primeiro parágrafo do item 5.3 (a).

c) se como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de auditoria interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano anual de auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria.

A Diretoria de Gestão de Riscos, com o assessoramento da área interna da Companhia responsável por questões de compliance, controles internos e segurança da informação revisa periodicamente os processos da Companhia, avalia os riscos inerentes a estes processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna.

A Administração contrata ainda uma firma de auditoria para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O seguinte ponto foi identificado como deficiência significativa, especificamente nos termos da regulamentação da CVM, pelo auditor independente:

Processo de fechamento das demonstrações financeiras – Via Varejo

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Via Varejo, foram identificados, por seus auditores independentes, ajustes que foram corrigidos pela Administração da subsidiária, que afetaram as contas de provisões para contingências e perdas no valor recuperável de contas a receber, com impacto nas respectivas contas de resultado da ordem de R\$ 51 milhões. Estes ajustes não foram identificados, pela Administração da Companhia, durante o processo de revisão e monitoramento das demonstrações financeiras da subsidiária, utilizadas no processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Esta situação evidenciou que as atividades de controles internos, exercidas pela Administração da Companhia, não foram adequadamente desenhadas para capturar, com o nível de precisão adequado, os erros no processo de elaboração das demonstrações financeiras da subsidiária.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Processo de fechamento das demonstrações financeiras – Via Varejo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Administração entende que as deficiências encontradas se referem a execução de certos controles, que ocasionaram ajustes de auditoria efetuados pela administração, que não afetaram as demonstrações financeiras do GPA materialmente. A remediação de tais controles não envolve o redesenho ou implementação de novos controles mitigatórios, mas o reforço da adequada revisão dos controles já efetuados.

Não houve falhas significativas, individuais ou em agregado, no processo de fechamento contábil nas demais unidades de negócio do GPA fora das atividades descontinuadas.

De qualquer forma, a Companhia reforçará a precisão dos controles de monitoramento, bem como, as mensagens da importância da revisão criteriosa dos controles efetuados e a execução de certos controles no fechamento contábil da Via Varejo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui Programa de Integridade estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, supervisionado periodicamente pelo Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos adotados, destacam-se:

- a. Comitê de Ética Corporativo, composto pelo Diretor Presidente da Companhia, pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças da Companhia e pelos presidentes das Unidades de Negócios;
- b. Comitês de Ética das Unidades de Negócios, composto pelo presidente da respectiva Unidade de Negócio e seus subordinados;
- c. Área de Compliance dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade com reporte ao Diretor Presidente;
- d. Código de Ética, com as principais diretrizes da Companhia, relacionadas à condução dos negócios e relacionamento com Poder Público, parceiros comerciais e os colaboradores;
- e. Políticas e procedimentos, com destaque para: Anticorrupção; Conflito de Interesses; Doações, Contribuições e Patrocínios; Acionamento e Apuração da Ouvidoria; Consequências e Medidas Disciplinares; Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento; Gestão do Comitê de Ética; Análise de Risco de Terceiros; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; Atendimento a Fiscalização e Tratamento de Documentos Oficiais;
- f. Treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo;
- g. Canal de Ouvidoria, responsável por esclarecimento dúvidas, recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas, assim como pela gestão do processo de apuração por áreas específicas; e
- h. Avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas, com foco no histórico reputacional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia realiza, a cada dois anos, a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção e avaliação do Programa de Integridade da Corporação e de suas Unidades de Negócio, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas da Companhia são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Integridade, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

- a. Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria: é responsável pela supervisão do Programa de Integridade;
- b. Comitê de Ética Corporativo e Comitês de Ética das Unidades de Negócios: tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, para definição dos procedimentos a serem adotados. Em sua atuação os Comitês de Ética podem contar com a contribuição eventual da ouvidoria e dos departamentos de recursos humanos, *compliance*, auditoria e jurídico;
- c. *Compliance*: área dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade, com reporte ao Diretor Presidente;
- d. Ouvidoria: área responsável por receber as denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares e reporta periodicamente os seus indicadores ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria da Companhia;
- e. Áreas Apuradoras: possuem a atribuição de apurar a procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria;
- f. Auditoria Interna: realizam a auditoria do Programa de Integridade, apontando necessidade de melhorias nos processos, políticas e procedimentos. Reporte ao Diretor Presidente; e
- g. SC – Serviços Compartilhados: é responsável pela análise preliminar dos fornecedores de acordo com o risco das atividades econômicas desempenhadas, nos termos do Procedimento de Análise de Risco de Terceiros. A área de Serviços Compartilhados reporta ao Diretor Vice-Presidente de Finanças.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética do GPA se aplica a administradores, conselheiros e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

A última versão do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 27 de julho de 2016. O Código de Ética da Companhia e a Política Anticorrupção podem ser acessados em <http://www.gpabr.com/pt/etica-e-compliance/>.

A alta administração e os colaboradores são treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos são realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética da Companhia, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, por justa causa.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui canal de denúncias sob a responsabilidade da Ouvidoria, área com reporte ao Comitê de Ética. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

A Ouvidoria é responsável pelo recebimento das ocorrências nos canais dedicados para cada Unidade de Negócio, bem como distribuição, para as Áreas Apuradoras, de ocorrências relacionadas à Ética, conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da Companhia, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas***

A Companhia possui um procedimento de auditoria (*due diligence*) que visa cobrir todas as áreas da empresa alvo, que possam se refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, bem como suas subsidiárias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, tais como: trabalhista, tributário, previdenciário, civil, societário, dentre outras. No seu escopo, está incluída a verificação de eventuais irregularidades e/ou ilícitos e existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, no caso de operações de fusão, aquisições e reestruturações societárias, inclusive *joint ventures*.

- d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido***

Não aplicável, conforme respostas acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas***5.5 – Alterações significativas***

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, alterações significativas nos principais riscos de mercado os quais a Companhia está sujeita, tampouco na Política de Gerenciamento de Riscos que ela adotou.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras informações relevantes**

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gestão de Continuidade de Negócios da Companhia ("Política") que tem o objetivo de definir as estratégias para garantir a continuidade dos negócios, de forma a reduzir a um período aceitável, a interrupção causada por desastres ou falhas operacionais, através da combinação de ações de prevenção e recuperação e abrange serviços de tecnologia, segurança física e lógica, infraestrutura e as unidades de negócios do Grupo. Entre as diretrizes estabelecidas na Política, em caso de ocorrência de sinistro, deve ser colocado em prática o Plano de Contingência estabelecido de acordo com cada tipo de incidente (ex: incêndio, greves, interrupções de serviços críticos etc.) como forma de resposta e recuperação e estabilização da operação após o incidente. Nos termos da Política, foi criado um Comitê de Gestão de Crise para determinar as diretrizes estratégicas, validar os planos táticos e fazer evoluir os assuntos de gestão de crise, risco e continuidade na Companhia.

Ao final de dezembro de 2017, o Plano de Contingência foi acionado devido ao incêndio que atingiu o Centro de Distribuição da Companhia, localizado em Osasco (SP), que armazenava produtos refrigerados e que abastecia 496 lojas em categorias de carne e perecíveis (que representava, aproximadamente, 13% das vendas da Companhia em 2017). Conforme definido em reuniões do Comitê de Gestão de Crise, o Plano de Contingência foi implementado de forma imediata, mediante a mobilização dos colaboradores da Companhia que atuavam no Centro de Distribuição. No âmbito do Plano de Contingência, para diminuir os impactos de abastecimento das lojas da Companhia e na região, a Companhia realizou (i) assistência à comunidade local; (ii) parceria com operador logístico; (iii) negociação com fornecedores para entregas diretas em lojas e (iv) adequações sistêmicas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 20 de fevereiro de 2019, inclusive as Notas Explicativas, bem como outras informações financeiras contidas no presente documento.

Nas demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (o “GPA” ou, ainda, a “Companhia”) em 31 de dezembro de 2018, em consequência do processo atualmente em curso de alienação da participação do GPA no capital da Via Varejo S.A, as atividades da Via Varejo estão sendo tratadas como atividades descontinuadas. Dessa forma, as vendas líquidas assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas de forma retrospectiva a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme definido no CPC31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 – “Venda de ativo não circulante e operação descontinuada”, equivalente ao IFRS5. Consequentemente, os comentários a seguir não incluem o desempenho da Via Varejo.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2018 trouxe excelentes resultados para o GPA. Foram registrados importantes ganhos de market share e resultados consistentes para os negócios do Grupo. A expansão acelerada de lojas do Assaí nos últimos anos resultou em um forte desempenho de vendas e expressiva evolução do lucro. No Multivarejo houve uma melhora sequencial de vendas, com maior rentabilidade. O portfólio multicanal, multiformato e multiregião, aliado a um processo de otimização do portfólio de lojas, com iniciativas de conversão, renovação e novos conceitos, garantiu uma melhor oferta de produtos e serviços aos clientes, fortalecendo seu poder de escolha. A Companhia também avançou no processo de transformação digital dos negócios, reforçando o pioneirismo do GPA em frentes como o e-commerce alimentar e os programas de fidelidade do Grupo, garantindo uma maior eficiência em busca de novas fontes de receita.

Em 2018:

- Faturamento bruto totalizou R\$ 53,6 bilhões no ano, um crescimento de 10,7% com relação a 2017, e ganhos de market share no Multivarejo e no Assaí.
- o EBITDA Ajustado pela linha “Outras despesas e receitas operacionais” e excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R\$ 2,801 bilhões, evolução de 27,8% vs 2017. No GPA Alimentar, totalizou R\$ 2,846 bilhões, crescimento de 22,3% vs 2017, com margem de 5,8% (vs 5,2% em 2017), em função de:
 - Multivarejo: o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 1,467 bilhão, com margem de 5,5% em 2018 (+0,5 p.p. em relação a 2017), em função principalmente da redução

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

das despesas de pessoal como reflexo do programa de eficiência operacional e da reforma trabalhista, e controle rigoroso das despesas gerais.

- Assaí: o EBITDA Ajustado cresceu 34,1% e atingiu R\$ 1,379 bilhão, com margem de 6,0% (+0,4 p.p. vs. 2017), acima do *guidance* dado para 2018, como resultado da maturação mais acelerada das lojas abertas nos últimos anos,
- O resultado financeiro foi negativo em R\$ 474 milhões, representando 1,0% da receita líquida, melhoria de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior.
- O lucro líquido consolidado dos acionistas controladores totalizou R\$ 1,2 bilhão, aumento de 106% vs 2017 e margem de 2,4%. O lucro líquido dos acionistas controladores do GPA Alimentar totalizou R\$ 1,3 bilhão, dobrando a margem líquida para 2,6% (vs 1,3% em 2017).
- Sólida estrutura financeira através da manutenção do baixo nível de alavancagem, que atingiu -0,32x EBITDA;
- O patrimônio líquido totalizou R\$ 13,939 bilhões, aumento de R\$ 897 milhões.

Para maiores informações, vide item 10.1.h.

(b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

(R\$ milhões)	GPA CONSOLIDADO					
	<u>31.12.2018</u>	<u>AV</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>AV</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>AV</u>
Passivo (Circulante e Não-Circulante)	38.910	73,6%	34.666	72,7%	32.634	72,4%
Total Patrimônio Líquido	13.939	26,4%	13.041	27,3%	12.417	27,6%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	52.849	100,0%	47.707	100,0%	45.051	100,0%

Acima a composição da estrutura de capital do GPA para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido consolidado dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido, e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Endividamento**

(R\$ milhões)	GPA Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Dívida de Curto Prazo	(1.973)	(1.250)	(2.957)
Empréstimos e Financiamentos	(905)	(770)	(2.389)
Debêntures	(1.068)	(481)	(568)
Dívida de Longo Prazo	(3.465)	(3.309)	(2.912)
Empréstimos e Financiamentos	(387)	(775)	(1.008)
Debêntures	(3.078)	(2.534)	(1.904)
Total da Dívida Bruta	(5.438)	(4.559)	(5.869)
Caixa e Aplicações Financeiras	4.369	3.792	5.112
Dívida Líquida	(1.069)	(767)	(757)
EBITDA	3.066	2.315	1.580
Dívida Líquida / EBITDA	-0,35x	-0,33x	-0,48x
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	96	402	235
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(973)	(366)	(522)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA	-0,32x	-0,16x	-0,33x

A Companhia encerrou 2018 com baixo nível de alavancagem, com o indicador dívida líquida / EBITDA de -0,32x (vs -0,16x em 2017). A dívida líquida ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados totalizou R\$ 973 milhões em dezembro de 2018.

A posição de caixa contabilizou R\$ 4,4 bilhões e saldo de recebíveis não antecipados R\$ 96 milhões, somando R\$ 4,5 bilhões em disponibilidade de recursos. A Companhia ainda conta com R\$ 1,8 bilhão de linhas de crédito pré-aprovadas/confirmadas.

A dívida bruta aumentou R\$ 879 milhões, totalizando R\$ 5,438 bilhões no período. Desse total, cerca de R\$ 2,0 bilhões referem-se à emissão de debêntures, com taxas de 104,75% do CDI e vencimento em 2021 (15ª emissão), e duas séries referentes à 16ª emissão, sendo a 1ª a 106,0% do CDI com vencimento em 2021 e a 2ª a 107,4% do CDI com vencimento em 2022.

O resgate antecipado é permitido conforme termos da escritura de emissão.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Diretoria acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis garantem ao GPA plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pelo GPA

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A captação de recursos em 2018, 2017 e 2016 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos denominados em reais com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos denominados em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; e (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis de agronegócio; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

Em 2018, 2017 e 2016 não houve dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

(e) *fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que o GPA pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

Na opinião da Diretoria, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pelo GPA como fontes de financiamento, se necessário.

(f) *níveis de endividamento e as características de tais dívidas bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições*

i. *Contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As tabelas abaixo apresentam o endividamento do GPA junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016. Composição da dívida, incluindo: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Em R\$ milhões:*

		Taxa média	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
<u>Debêntures</u>					
Debentures e Certificados de recebíveis de agronegócio	101,22% do CDI		4.146	3.015	2.472
			4.146	3.015	2.472
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	3,91% a.a.		37	45	51
Capital de giro	94,94% do CDI		238	285	1.302
Capital de giro	TR+9,80% a.a.		112	125	135
Arrendamentos financeiros			152	195	215
Contratos de swap	101,44% do CDI		(11)	(19)	(10)
Custo de captação			(3)	(4)	(6)
			525	627	1.687
<u>Em moeda estrangeira</u>					
Capital de giro	USD + 3,26% a.a.		843	664	1.361
Capital de giro			-	200	172
Contratos de swap	102,59% do CDI		(76)	55	177
Custo de captação			-	(1)	-
			767	918	1.710
Total da dívida			5.438	4.560	5.869

Os ativos e passivos relacionados à subsidiária Via Varejo estão agora apresentados líquidos na linha de “ativos mantidos para venda” e “passivos relacionados a ativos mantidos para venda”.

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante.

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	1.306
De 2 a 3 anos	1.559
De 3 a 4 anos	528
De 4 a 5 anos	24
Após 5 anos	52
Subtotal	3.469
Custo de captação	(4)
Total	3.465

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência.

Financiamento do capital de giro

O GPA e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos.

Para essas operações, o GPA tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA (dívida menos disponibilidades e contas a receber) menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2018, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Swaps

Em relação às operações em moeda estrangeira, o GPA realiza operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos ou outra moeda estrangeira e taxas de juros fixas para o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 2018 foi de 6,42% (9,93% em 2017 e 14% em 2016).

Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2018, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Em R\$ milhões:*

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em Circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2018	31.12.2017
12ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	900	-	17/09/14	12/09/19	107,00% do CDI	-	-	921
13ª emissão de Debêntures – CBD e Certificados de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1.012	1.012.500	20/12/16	20/12/19	97,50% do CDI	1.001	1.014	1.014
14ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	1.080	1.080.000	17/04/17	13/04/20	96,00% do CDI	1.013	1.094	1.096
15ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	800	800.000	17/01/18	15/01/21	104,75% do CDI	1.030	824	-
16ª emissão de Debêntures – CBD – 1ª série	Sem preferência	700	700.000	11/09/18	10/09/21	106,00% do CDI	1.020	714	-
16ª emissão de Debêntures – CBD – 2ª série	Sem preferência	500	500.000	11/09/18	12/09/22	107,40% do CDI	1.020	510	-
Custo de captação								(10)	(16)
Controladora / Consolidado								4.146	3.015
Passivo circulante								1.068	481
Passivo não circulante								3.078	2.534

Obrigações de arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, que transferem para o Grupo substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do bem arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia e suas subsidiárias obterão a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

O valor total registrado referente aos contratos de arrendamento mercantil que se enquadram como financeiro estão demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Passivo de arrendamento mercantil financeiro – pagamentos mínimos de aluguel			
Até 1 ano	35	51	41
De 1 a 5 anos	92	117	144
Mais de 5 anos	25	27	30
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	152	195	215
Encargos futuros de financiamento	172	185	207
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	324	380	422

ii. *Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atualmente não mantemos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, além daquelas já descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as nossas dívidas.

A Diretoria informa que o grau de subordinação entre as dívidas do GPA é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Debêntures

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

A amortização dessas debêntures ocorre com um pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissão da CBD). A 13ª e 14ª emissão têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo, a 15ª emissão a partir de 15 de dezembro de 2018 e a 16ª a partir de 10 de dezembro de 2018, ambas de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Em 17 de abril de 2017, a CBD realizou a 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram colocadas de forma privada junto à Ares Serviços Imobiliários Ltda., que por sua vez, cedeu e transferiu para a Ápice Securitizadora S.A., a qual adquiriu as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio (CRA) com o propósito de vinculá-los a 7ª série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Os recursos se destinam exclusivamente à compra de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, tais como frutas, verduras, legumes, laticínios, aves e outras proteínas animais in natura diretamente dos produtores rurais e/ou cooperativas rurais.

O montante de R\$1.080 captado tem vencimento em 13 de abril de 2020, com juros de 96% do CDI pagos semestralmente.

Em 17 de janeiro de 2018, a CBD realizou a 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Os recursos captados destinam-se ao reforço

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante total captado foi de R\$ 800 milhões com vencimento em 15 de janeiro de 2021, com juros de 104,75% do CDI e pagamento semestral.

Em 11 de setembro de 2018, a CBD realizou a 16ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries. Os recursos captados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante total captado foi de R\$1.200 milhões, sendo 10 de setembro de 2021 o vencimento da 1ª série e 10 de setembro de 2022 o da 2ª série, com juros de 106,00% do CDI para primeira série e de 107,40% para segunda série com pagamento semestral.

Outras cláusulas restritivas.

Há contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da CBD e suas subsidiárias que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de transferência do controle acionário, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- escrituras de emissão de debêntures da CBD;
- contratos de financiamento a máquinas e equipamentos (FINAME);
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (swap, termo e opções).

Além disso, as “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES” também vedam qualquer modificação no controle efetivo, direto ou indireto, após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES.

(g) *limites dos financiamentos já contratados, percentuais já utilizados.*

Embora não apresente financiamentos fixos já contratados, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2018, contratos de abertura de crédito no valor de R\$ 1,800 bilhão.

Conforme consta da demonstração financeira apresentada pela Companhia em 2018, os contratos foram efetuados de acordo com as condições praticadas pelo mercado e têm vigência até 2020.

(h) *alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.*

Não há itens que alteraram significativamente as demonstrações financeiras de 2016, 2017 e 2018, exceto para os efeitos da aplicação do CPC 31/ IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

venda e operação descontinuada, CPC 47/ IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes e CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

Ao longo de 2018, a Companhia buscou ativamente a venda a potenciais investidores estratégicos que não se complementou até 31 de dezembro de 2018 por fatores externos fora do controle da Companhia, entre outros, ao cenário macroeconômico. O Conselho de Administração ampliou as alternativas de venda determinando a conclusão até 31 de dezembro de 2019, incluindo a possibilidade de venda da participação por meio de operações no mercado de capitais. Em novembro de 2018, foi concluído o processo de migração da listagem das ações da Via Varejo para o segmento Novo Mercado da B3. Dentro deste novo contexto, na mesma reunião, o Conselho de Administração autorizou a alienação de 50.000.000 de ações ordinárias da Via Varejo, correspondente a 3,86% do seu capital social por meio de uma transação TRS (*Total Return Swap*) com uma instituição financeira de primeira linha (nota 17.10 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018), por meio da qual tais ações foram vendidas em operações diárias conduzidas pelo banco. A operação não implica na alteração da composição do controle ou na estrutura administrativa da Via Varejo. O vencimento deste contrato se dará em 30 de abril de 2019. Desta forma, como é altamente provável a alienação do investimento da Companhia Via Varejo em 2019, as operações da subsidiária são apresentadas como operações descontinuadas, conforme requerido no CPC 31 - Ativo não circulante mantido para a venda e operação descontinuada (IFRS 5). A divulgação do resultado líquido da Via Varejo é incluída em uma única linha na demonstração do resultado após os impostos e os saldos ativos e passivos como mantido para a venda e operações descontinuadas.

O efeito dos ativos e passivos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 24,443 bilhões (R\$22,775 bilhões em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 19,412 bilhões (R\$17,824 bilhões em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. O efeito do resultado com operações descontinuadas foi um prejuízo de R\$ 74 milhões em 31 de dezembro de 2018 (lucro de R\$ 356 milhões em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia adotou retrospectivamente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 /IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1 de janeiro de 2016, com impactos nas demonstrações do resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, balanços patrimoniais, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. Os efeitos em 31 de dezembro de 2017 são de R\$ 54 milhões no resultado e R\$ 250 no patrimônio líquido e em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 69 milhões no resultado e R\$ 180 no patrimônio líquido. Além de uma reclassificação para fins do CPC 47 aumentando o custo das mercadorias vendidas e diminuindo as despesas com vendas e administrativas em R\$ 285 milhões em 2017 e R\$ 279 milhões em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Demonstração de Resultados***

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

Demonstração do Resultado - Consolidado	GPA Consolidado				
	12M18	AH 2018 x 2017	12M17	AH 2017 x 2016	12M16
R\$ - Milhões					
Receita Bruta de Vendas	53.615	10,7%	48.439	7,7%	44.969
Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços	49.388	10,7%	44.634	7,7%	41.454
Custo das Mercadorias Vendidas e/ou serviços	(37.785)	12,5%	(33.592)	6,3%	(31.599)
Depreciação e Amortização - Custo	(49)	-9,3%	(54)	-1,8%	(55)
Lucro Bruto	11.554	5,2%	10.988	12,1%	9.800
Despesas com Vendas	(7.297)	3,8%	(7.027)	3,6%	(6.781)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.057)	2,4%	(1.032)	8,9%	(948)
Resultado de Equivalência Patrimonial	33	-137,1%	(89)	-523,8%	21
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(216)	-62,7%	(579)	2,1%	(567)
Total das Despesas Operacionais	(8.537)	-2,2%	(8.727)	5,5%	(8.275)
Depreciação e Amortização	(840)	7,8%	(779)	10,2%	(707)
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras-ebit	2.177	46,9%	1.482	81,2%	818
Receitas financeiras	231	27,6%	181	-21,6%	231
Despesas financeiras	(705)	-22,6%	(911)	-19,7%	(1.134)
Resultado financeiro líquido	(474)	-35,1%	(730)	-19,2%	(903)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.703	126,5%	752	-984,7%	(85)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(449)	51,2%	(297)	1137,5%	(24)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.254	175,6%	455	-517,4%	(109)
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	(74)	-120,8%	356	-134,4%	(1.036)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.180	45,5%	811	-170,8%	(1.145)
Participação dos Acionistas Não Controladores	(13)	-105,6%	231	-137,7%	(612)
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores	1.193	105,7%	580	-208,8%	(533)
EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	3.066	32,4%	2.315	46,5%	1.580

% de Receita Líquida de Vendas

Lucro Bruto	23,4%	-1,2 p.p.	24,6%	1,0 p.p.	23,6%
Despesas com Vendas	14,8%	-0,9 p.p.	15,7%	-0,7 p.p.	16,4%
Despesas Gerais e Administrativas	2,1%	-0,2 p.p.	2,3%	0,0 p.p.	2,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,1%	0,3 p.p.	-0,2%	-0,3 p.p.	0,1%
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	0,4%	-0,9 p.p.	1,3%	-0,1 p.p.	1,4%
Total de despesas Operacionais	17,3%	-2,3 p.p.	19,6%	-0,4 p.p.	20,0%
Depreciação	1,7%	0,0 p.p.	1,7%	0,0 p.p.	1,7%
EBIT	4,4%	1,1 p.p.	3,3%	1,3 p.p.	2,0%
Receitas (Desp) Financeiras Líquidas	1,0%	-0,6 p.p.	1,6%	-0,6 p.p.	2,2%
Lucro antes do I.R	3,4%	1,7 p.p.	1,7%	1,9 p.p.	-0,2%
Imposto de Renda	0,9%	0,2 p.p.	0,7%	0,6 p.p.	0,1%
Lucro Líquido da Companhia	2,4%	0,6 p.p.	1,8%	4,6 p.p.	-2,8%
Partic. Não controladores	0,0%	-0,5 p.p.	0,5%	2,0 p.p.	-1,5%
Lucro líquido	2,4%	1,1 p.p.	1,3%	2,6 p.p.	-1,3%
EBITDA	6,2%	1,0 p.p.	5,2%	1,4 p.p.	3,8%

AH = Análise Horizontal

(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arredondamentos

EBITDA AJUSTADO e EXCLUINDO EFEITOS NÃO RECORRENTES

EBITDA - Lucro Oper. antes da depr., rec(desp) financeiras e impostos	3.066	32,4%	2.315	46,5%	1.580
Outras Despesas Operacionais	(216)	-62,7%	(579)	2,1%	(567)
Efeitos não recorrentes	481	-31,6%	703	n.a.	-
EBITDA Ajustado e Excluindo efeitos não recorrentes	2.801	27,8%	2.191	2,0%	2.147

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2018 x 31 de dezembro de 2017

(R\$ milhões) ⁽¹⁾	Consolidado			Alimentar			Multivarejo			Assaí		
	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ
Receita Bruta	53.616	48.440	10,7%	53.616	48.440	10,7%	28.693	28.370	1,1%	24.923	20.070	24,2%
Receita Líquida	49.388	44.634	10,7%	49.388	44.634	10,7%	26.489	26.195	1,1%	22.899	18.440	24,2%
Lucro Bruto	11.554	10.989	5,1%	11.554	10.989	5,1%	7.390	8.037	-8,1%	4.164	2.952	41,0%
Margem Bruta	23,4%	24,6%	-1,2 p.p.	23,4%	24,6%	-1,2 p.p.	27,9%	30,7%	-2,8 p.p.	18,2%	16,0%	2,2 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(8.354)	(8.061)	3,6%	(8.354)	(8.061)	3,6%	(5.996)	(6.132)	-2,2%	(2.358)	(1.929)	22,2%
% da Receita Líquida	16,9%	18,1%	-1,2 p.p.	16,9%	18,1%	-1,2 p.p.	22,6%	23,4%	-0,8 p.p.	10,3%	10,5%	-0,2 p.p.
EBITDA ⁽²⁾	3.066	2.314	32,5%	3.112	2.451	27,0%	1.304	1.448	-9,9%	1.808	1.003	80,3%
Margem EBITDA	6,2%	5,2%	1,0 p.p.	6,3%	5,5%	0,8 p.p.	4,9%	5,5%	-0,6 p.p.	7,9%	5,4%	2,5 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾	3.282	2.894	13,4%	3.327	3.030	9,8%	1.512	2.001	-24,5%	1.815	1.029	76,4%
Margem EBITDA Ajustada	6,6%	6,5%	0,1 p.p.	6,7%	6,8%	-0,1 p.p.	5,7%	7,6%	-1,9 p.p.	7,9%	5,6%	2,3 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(474)	(730)	-35,0%	(474)	(730)	-35,0%	(429)	(682)	-37,1%	(46)	(48)	-5,2%
% da Receita Líquida	1,0%	1,6%	-0,6 p.p.	1,0%	1,6%	-0,6 p.p.	1,6%	2,6%	-1,0 p.p.	0,2%	0,3%	-0,1 p.p.
Lucro dos Acionistas Controladores - op. em continuidade	1.254	454	176,3%	1.300	591	120,1%	246	51	385,5%	1.054	540	95,2%
Margem Líquida-op. em continuidade	2,5%	1,0%	1,5 p.p.	2,6%	1,3%	1,3 p.p.	0,9%	0,2%	0,7 p.p.	4,6%	2,9%	1,7 p.p.
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. em continuidade e descontinuadas	1.193	579	106,0%	1.271	558	127,7%	217	18	1090,0%	1.054	540	95,2%
Margem Líquida-op. em continuidade e descontinuadas	2,4%	1,3%	1,1 p.p.	2,6%	1,3%	1,3 p.p.	0,8%	0,1%	0,7 p.p.	4,6%	2,9%	1,7 p.p.

Lucro Bruto e EBITDA Ajustado excluindo efeitos não recorrentes^(*)

(R\$ milhões) ⁽¹⁾	Consolidado			Alimentar			Multivarejo			Assaí		
	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ
Lucro Bruto - excl. efeitos não recorrentes ⁽¹⁾	11.073	10.286	7,6%	11.073	10.286	7,6%	7.345	7.334	0,1%	3.728	2.952	26,3%
Margem Bruta - excl. efeitos não recorrentes⁽¹⁾	22,4%	23,0%	-0,6 p.p.	22,4%	23,0%	-0,6 p.p.	27,7%	28,0%	-0,3 p.p.	16,3%	16,0%	0,3 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽²⁾⁽³⁾ - excl. efeitos não recorrentes ⁽¹⁾	2.801	2.191	27,8%	2.846	2.327	22,3%	1.467	1.298	13,0%	1.379	1.029	34,1%
Margem EBITDA Ajustada - excl. efeitos não recorrentes⁽¹⁾	5,7%	4,9%	0,8 p.p.	5,8%	5,2%	0,6 p.p.	5,5%	5,0%	0,5 p.p.	6,0%	5,6%	0,4 p.p.

(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arredondamentos. Todas as margens foram calculadas como percentual da receita líquida.

(2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

(3) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

(*) Exclui os efeitos não recorrentes. Em 2018 esses efeitos totalizaram R\$ 436 milhões no Assaí, composto por R\$ 369 milhões de estorno da provisão de créditos de ICMS ST relacionado a períodos anteriores a 2018 no 2T18 e R\$ 67 milhões de complemento desses créditos no 4T18. No Multivarejo os efeitos de 2018 referem-se a venda a terceiros de parte dos créditos fiscais relacionados à exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS/COFINS, no montante líquido de R\$ 45 milhões. Em 2017 foram reconhecidos no Multivarejo R\$ 714 milhões de créditos fiscais relacionados a anos anteriores e R\$ 10 milhões referentes ao impacto relativo a baixa de estoque e franquia decorrente do incêndio com o Centro de Distribuição de Osasco em dez/2017.

Receita líquida

A receita líquida do GPA, considerando somente as operações continuadas, aumentou 10,7% em 2018, passando de R\$ 44,634 bilhões em 2017 para R\$ 49,388 bilhões em 2018. Essas receitas são provenientes das operações do GPA Alimentar, composto pelo Multivarejo e Assaí.

- ✓ Assaí: a bandeira contribuiu de forma expressiva, com crescimento de 24,2% em 2018, alavancado pelo plano de expansão – foram ao todo 18 aberturas, sendo 16 lojas novas e 2 conversões.
- ✓ Multivarejo: as vendas líquidas apresentaram evolução de 1,1% em relação a 2017, impulsionado pela (i) efetividade das iniciativas que trouxeram maior dinamismo e criatividade comercial, (ii) evolução no posicionamento das bandeiras e (iii) maior

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

penetração das ferramentas de fidelização e personalização “Meu Desconto” e “Meus Prêmios”.

Lucro Bruto

Em 2018, o lucro bruto totalizou R\$ 11,554 bilhões. Excluindo os efeitos não recorrentes alcançou R\$ 11,073 bilhões, aumento de R\$ 787 milhões ou 7,6% em relação a 31 de dezembro de 2017. A margem bruta excluindo os efeitos não recorrentes alcançou 22,4%, patamar 0,6 p.p. inferior a 2017. Os destaques por negócio foram:

- ✓ Multivarejo: O lucro bruto excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R\$7,3 bilhões, praticamente em linha com 2017, e atingiu margem bruta de 27,7% (vs 28,0% em 2017), refletindo o nível de competitividade adequado das bandeiras, que resultou na retomada de crescimento da receita e ganhos em participação de mercado.
- ✓ Assaí: o lucro bruto excluindo os efeitos não recorrentes totalizou R\$ 3,7 bilhões e margem de 16,3%. A evolução de 0,3 p.p. em relação a 2017 reflete a maturação das lojas advindas da expansão dos últimos anos, além do retorno da inflação de alimentos.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 8,059 bilhões em 2017 para R\$ 8,354 bilhões em 2018, crescimento de 3,7%, significativamente inferior ao crescimento das vendas líquidas. Como % da receita líquida, apresentou maior diluição, passando de 18,1% em 2017 para 16,9% em 2018. Os destaques por negócio foram:

- ✓ Multivarejo: as despesas operacionais totalizaram R\$ 6,0 bilhões, redução de 2,2% em relação a 2017, mesmo com a aceleração da inflação ao longo do ano. Destaque principalmente para a redução das despesas de pessoal como reflexo do programa de eficiência operacional e da reforma trabalhista, e controle rigoroso das despesas gerais.
- ✓ Assaí: as despesas com vendas, gerais e administrativas como percentual da receita atingiram 10,3%, redução de 0,2 p.p em relação a 2017, como resultado da maturação mais acelerada das lojas abertas nos últimos anos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras Despesas e Receitas Operacionais

Em 2018 houve uma redução relevante das Outras Despesas e Receitas Operacionais de 62,7% ou R\$ 363 milhões, totalizando uma despesa de R\$ 216 milhões, composta por: (i) contingências fiscais relacionadas a discussões judiciais de períodos passados, correspondentes a R\$ 181 milhões; (ii) despesas com integração e reestruturação, incluindo custos de pessoal e demais gastos relacionados com fechamentos e conversões de lojas / CDs, no total de R\$ 147 milhões, e (iii) resultado positivo relacionado a vendas e baixas de ativo imobilizado de R\$ 112 milhões.

Depreciação e Amortização

Em 2018, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 840 milhões, representando um aumento de 7,8% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 779 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2018.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2018, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 474 milhões, representando 1,0% da receita líquida, melhoria de 0,6 p.p. em relação a 2017. A redução é explicada principalmente pelo menor nível de juros no período (CDI passou de uma média de 9,93% em 2017 para 6,5% em 2018) e da redução das atualizações de contingência e outras despesas financeiras.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores, considerando as operações em continuidade e as descontinuadas, totalizou R\$ 1,193 bilhão em 2018, um aumento de 105,7% em relação a 2017. Considerando o segmento alimentar, o lucro líquido dos acionistas controladores atingiu R\$ 1,3 bilhão, dobrando a margem líquida para 2,6% (vs 1,3% em 2017). Houve crescimento relevante no Multivarejo, que alcançou lucro de R\$ 218 milhões, e no Assaí, que praticamente dobrou o lucro anual e atingiu R\$ 1,1 bilhão.

Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2017 x 31 de dezembro de 2016

Receita líquida

A receita líquida consolidada do GPA, considerando somente as operações continuadas, aumentou 7,7% em 2017, passando de R\$ 41,454 bilhões em 2016 para R\$ 44,634 bilhões em 2017. Essas receitas são provenientes das operações do GPA Alimentar, composto pelo Multivarejo e Assaí.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- ✓ Assaí: a bandeira contribuiu de forma expressiva, com crescimento de 27,3% em 2017, alavancado pelo plano de expansão – foram ao todo 20 aberturas, com 15 conversões de loja e 05 inaugurações.
- ✓ Multivarejo: as vendas líquidas apresentaram redução de 2,9% em relação a 2016 e foram impactadas pela forte deflação no período, além do fechamento de 17 hipermercados desde o início do ano, sendo 15 para conversão em Assaí. Essa otimização do portfólio de lojas representou uma redução de aproximadamente 5% da área de vendas do Multivarejo.

Lucro Bruto

Em 2017, o lucro bruto totalizou R\$ 10,988 bilhões, aumento de R\$ 1,188 milhões ou 12,1% em relação a 31 de dezembro de 2016. A margem bruta alcançou 24,6%, patamar superior ao de 2016 em 1,0 p.p.. Em 2017 os efeitos não recorrentes totalizaram R\$ 703 milhões. Ajustado por esse efeito, o lucro bruto de 2017 totalizou R\$ 10,285 bilhões, com margem de 21,23%.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 7,729 bilhões em 2016 para R\$ 8,059 bilhões em 2017, crescimento de 4,3%, inferior ao crescimento das vendas líquidas. Como % da receita líquida, apresentou maior diluição, passando de 18,6% em 2016 para 18,1% em 2017, mesmo com a forte deflação de alimentos que afetou a receita líquida, enquanto os demais componentes das despesas continuaram a sofrer impacto inflacionário.

Outras Despesas e Receitas Operacionais

Em 2017 as outras despesas e receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$ 579 milhões, aumento de 2,1% em relação a 2016, principalmente relacionadas ao aumento na baixa com ativo imobilizado em função de (i) fechamentos de lojas e conversões de Extra Hiper para Assaí, (ii) baixa do ativo fixo relacionado ao Centro de Distribuição de Osasco decorrente do incêndio, e (iii) despesas com reestruturação em função de medidas adotadas pela Companhia para adequar a estrutura das despesas, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas.

Depreciação e Amortização

Em 2017, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 779 milhões, representando um aumento de 10,2% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 707 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização de novos investimentos feitos durante o ano de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 730 milhões em 2017, uma queda de 19,2% em relação a 2016. A relação entre o resultado financeiro líquido e a receita líquida passou de 2,2% em 2016 para 1,6% em 2017, redução de 0,6 p.p., basicamente explicado pelo menor custo da dívida bruta em cerca de R\$ 200 milhões em função da queda do CDI, que passou de uma média de 14,0% em 2016 para 9,93% em 2017. No geral, os demais componentes do resultado financeiro apresentaram estabilidade como percentual da receita líquida em relação ao mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido (Prejuízo)

O lucro líquido dos acionistas controladores, considerando as operações em continuidade e as descontinuadas, totalizou R\$ 580 milhões em 2017, revertendo o prejuízo de R\$ 533 milhões em 2016.

Balanço Patrimonial

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016

Balanço Patrimonial – Ativo Consolidado

BALANÇO PATRIMONIAL								
ATIVO								
GPA CONSOLIDADO								
(R\$ milhões)	31.12.2018	AV	AH 2018 x 2017	31.12.2017	AV	AH 2017 x 2016	31.12.2016	AV
Ativo Circulante	36.304	68,7%	10,0%	33.016	69,2%	4,9%	31.486	69,9%
Caixa e equivalentes de caixa	4.369	8,3%	15,2%	3.792	7,9%	-25,8%	5.112	11,3%
Contas a Receber	384	0,7%	-37,9%	618	1,3%	15,5%	535	1,2%
Estoques	5.909	11,2%	22,5%	4.822	10,1%	3,9%	4.641	10,3%
Tributos a recuperar	679	1,3%	13,9%	596	1,2%	-11,6%	674	1,5%
Ativos mantidos para venda	24.443	46,3%	7,3%	22.775	47,7%	13,0%	20.153	44,7%
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	520	1,0%	25,9%	413	0,9%	11,3%	371	0,8%
Ativo Não Circulante	16.545	31,3%	12,6%	14.691	30,8%	8,3%	13.565	30,1%
Contas a receber	4	0,0%	-95,0%	80	0,2%	na	-	0,0%
Tributos a recuperar	2.745	5,2%	57,1%	1.747	3,7%	176,4%	632	1,4%
Instrumentos financeiros derivativos	44	0,1%	57,1%	28	0,1%	na	-	0,0%
Impostos de renda e contribuição social diferidos	207	0,4%	65,6%	125	0,3%	-28,2%	174	0,4%
Partes relacionadas	34	0,1%	36,0%	25	0,1%	47,1%	17	0,0%
Depósitos judiciais	776	1,5%	1,8%	762	1,6%	15,3%	661	1,5%
Despesas antecipadas e outros ativos não circulantes	187	0,4%	-72,7%	685	1,4%	4,3%	657	1,5%
Investimentos	223	0,4%	26,0%	177	0,4%	-47,0%	334	0,7%
Imobilizado	9.650	18,3%	5,6%	9.138	19,2%	-0,5%	9.182	20,4%
Intangíveis	2.675	5,1%	39,0%	1.924	4,0%	0,8%	1.908	4,2%
TOTAL DO ATIVO	52.849	100,0%	10,8%	47.707	100,0%	5,9%	45.051	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Balanco Patrimonial – Passivo Consolidado*

PASSIVO								
(R\$ milhões)	GPA CONSOLIDADO							
	31.12.2018	AV	AH 2018 x 2017	31.12.2017	AV	AH 2017 x 2016	31.12.2016	AV
Passivo Circulante	32.785	62,0%	13,1%	28.992	60,8%	5,1%	27.582	61,2%
Fornecedores	9.246	17,5%	13,8%	8.128	17,0%	12,4%	7.232	16,1%
Empréstimos e financiamentos	948	1,8%	23,1%	770	1,6%	-67,8%	2.389	5,3%
Debêntures e notas promissórias	1.068	2,0%	122,0%	481	1,0%	-15,3%	568	1,3%
Salários e encargos sociais	686	1,3%	7,2%	640	1,3%	4,2%	614	1,4%
Impostos e contribuições a recolher	370	0,7%	22,9%	301	0,6%	18,5%	254	0,6%
Dividendos propostos	57	0,1%	-26,9%	78	0,2%	na	-	0,0%
Financiamento por compra de ativos	149	0,3%	28,4%	116	0,2%	0,0%	116	0,3%
Aluguéis a pagar	127	0,2%	-0,8%	128	0,3%	16,4%	110	0,2%
Partes relacionadas	145	0,3%	-5,2%	153	0,3%	4,1%	147	0,3%
Receitas a apropriar	250	0,5%	71,2%	146	0,3%	-34,8%	224	0,5%
Passivos sobre ativos mantidos para venda	19.412	36,7%	8,9%	17.824	37,4%	14,0%	15.632	34,7%
Outros passivos circulantes	327	0,6%	44,1%	227	0,5%	-23,3%	296	0,7%
Passivo Não Circulante	6.125	11,6%	7,9%	5.674	11,9%	12,3%	5.052	11,2%
Empréstimos e financiamentos	431	0,8%	-46,3%	803	1,7%	-20,3%	1.008	2,2%
Debêntures e notas promissórias	3.078	5,8%	21,5%	2.534	5,3%	33,1%	1.904	4,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	581	1,1%	47,5%	394	0,8%	24,3%	317	0,7%
Impostos parcelados	471	0,9%	-16,8%	566	1,2%	4,8%	540	1,2%
Provisão para demandas judiciais	1.235	2,3%	11,6%	1.107	2,3%	-5,9%	1.177	2,6%
Receitas a apropriar	13	0,0%	-40,9%	22	0,0%	-8,3%	24	0,1%
Provisão para perda de investimento em associadas	267	0,5%	36,9%	195	0,4%	441,7%	36	0,1%
Outros passivos não circulantes	49	0,1%	-7,5%	53	0,1%	15,2%	46	0,1%
Patrimônio Líquido	13.939	26,4%	6,9%	13.041	27,3%	5,0%	12.417	27,6%
Capital social	6.825	12,9%	0,0%	6.822	14,3%	0,2%	6.811	15,1%
Reservas de capital	413	0,8%	16,3%	355	0,7%	7,3%	331	0,7%
Reservas de lucros	3.911	7,4%	27,8%	3.060	6,4%	15,8%	2.643	5,9%
Outros resultados abrangentes	(66)	-0,1%	34,7%	(49)	-0,1%	145,0%	(20)	0,0%
Participação de acionistas não controladores	2.856	5,4%	0,1%	2.853	6,0%	7,6%	2.652	5,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.849	100,0%	10,8%	47.707	100,0%	5,9%	45.051	100,0%

31 de dezembro de 2018 x 31 de dezembro de 2017**Ativo****Circulante****Caixa e equivalentes de caixa**

Em 2018, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 4,369 bilhões, um aumento de R\$ 577 milhões em relação a 2017, principalmente relacionado ao menor desembolso nas atividades de financiamento em 2018 a 2017. As disponibilidades representavam 8,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 em comparação a 7,9% em 31 de dezembro de 2017.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 384 milhões, uma redução de R\$ 234 milhões em relação ao saldo de 2017. Esta variação é decorrente principalmente do maior saldo de recebíveis antecipados, mediante estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo aumentou em 13,9%, passando de R\$ 596 milhões em 2017 para R\$ 679 milhões. A variação de R\$ 83 milhões positiva, associada ao acréscimo no longo prazo de R\$ 998 milhões, resultou em um aumento do R\$ 1,081 bilhão. Este acréscimo se refere principalmente a créditos extemporâneos de ICMS-ST de 436 milhões referente a períodos anteriores no Assai, além do novo patamar de créditos recorrentes.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas antecipadas e outras contas a receber aumentaram 25,9%, passando de R\$ 413 milhões em 2017 para R\$ 520 milhões, variação de R\$ 107 milhões, em função principalmente de contas a receber de seguradoras, compensados por outros efeitos menos relevantes.

Estoques

Em 2018, os estoques aumentaram 22,5% ou R\$ 1,087 bilhão, passando de R\$ 4,822 bilhões em 2017 para R\$ 5,909 bilhões, principalmente em função do aumento no estoque do Assai para suportar o forte crescimento de vendas. Em 31 de dezembro de 2018, os estoques representavam 11,2% do ativo total e 10,1% em 31 de dezembro de 2017.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R\$ R\$ 3,452 bilhões em 2017 para R\$ 3,997 bilhões em 2018. O aumento de R\$ 545 milhões se explica principalmente pelo crescimento de R\$ 998 milhões dos tributos a recuperar. Em 31 de dezembro de 2018, estas contas representavam 7,6% do ativo total e 7,2% em 31 de dezembro de 2017.

Investimentos

Em 2018, os investimentos aumentaram 26,0%, passando de R\$ 177 milhões em 2017 para R\$ 223 milhões. Este aumento se deve principalmente a equivalência da FIC. Em 31 de dezembro de 2018 os investimentos representavam 0,4% do ativo total, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017.

Imobilizado

Em 2018, o imobilizado aumentou 5,6%, passando de R\$ 9,138 bilhões em 2017 para R\$ 9,650 bilhões. Este aumento de R\$ 512 milhões é representado por R\$ 1,898 bilhão de adição, R\$(751) milhões de depreciação, R\$(421) milhões de baixa e R\$ (214) milhões de operações

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

descontinuadas. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado representava 18,3% do ativo total em comparação a 19,2% em 31 de dezembro de 2017.

Intangíveis

Em 2018, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de 39,0%, passando de R\$ 1,924 bilhão em 2017 para R\$ 2,675 bilhões. A evolução de R\$ 751 milhões está relacionada principalmente à conversão contratual de um “contas a receber” em um “intangível” de direito de exploração de um conjunto de lojas. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos intangíveis representavam 5,1% do ativo total em comparação a 4,0% em 31 de dezembro de 2017.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O passivo com fornecedores passou de R\$ 8,128 bilhões em 2017 para R\$ 9,246 bilhões em 2018. Essa variação de R\$ 1,118 bilhão ocorreu principalmente pelo aumento do saldo do Assaí em função do aumento das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2018, o passivo com fornecedores representava 17,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 17,0% em 31 de dezembro de 2017.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo e longo prazo

Em 2018, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, aumentaram 23,1%, passando de R\$ 770 milhões em 2017 para R\$ 948 milhões, que será explicado em conjunto com o longo prazo. Esses empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 1,8% do passivo total em 31 de dezembro de 2018, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 1,6% em 31 de dezembro de 2017.

O saldo combinado de empréstimos e financiamentos e debêntures, somando-se curto e longo prazo, aumentou R\$ 937 milhões relacionado a vencimentos no ano de 2018, principalmente relacionado a captação de endividamentos de longo prazo durante o ano.

Salários e encargos sociais

Em 2018, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R\$ 46 milhões, passando de R\$ 640 milhões em 2017 para R\$ 686 milhões, cuja variação é principalmente em função do dissídio do ano e seus efeitos em encargos e provisões trabalhistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017.

Impostos e contribuições a recolher

Em 2018, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 22,9%, passando de R\$ 301 milhões em 2017 para R\$ 370 milhões. Aumento se deu principalmente pelo maior saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar no Assai.

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos, taxas e contribuições representavam 0,7% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, e 0,6% comparação a 31 de dezembro de 2017.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 2018, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 47,5%, passando de R\$ 394 milhões em 2017 para R\$ 581 milhões, em função de amortização fiscal de ágio no exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 1,1% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,8% em 31 de dezembro de 2017.

Impostos Parcelados

Em 2018, os impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram diminuição de 16,8%, passando de R\$ 566 milhões em 2017 para R\$ 471 milhões, em decorrência de quitação de planos de parcelamento de impostos durante o ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos parcelados representavam 0,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,2% de 31 de dezembro de 2017.

Provisão para demandas judiciais

Em 2018, a provisão para demandas judiciais aumentou 11,6%, passando de R\$ 1,107 bilhão em 2017 para R\$ 1,235 bilhão, relacionamento ao provisionamento de casos tributários, parcialmente compensado pelas reversões.

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para demandas judiciais representava 2,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido

Em 2018, o patrimônio líquido aumentou 6,9%, passando de R\$ 13,041 bilhões em 2017 para R\$ 13,939 bilhões. As principais movimentações foram: (i) lucro líquido de R\$ 1,180 bilhão; (ii) constituição de reserva de opções outorgadas de R\$ 65 milhões; (iii) dividendos R\$(56) milhões e iv) juros sobre capital próprio no valor de R\$ (274) milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido representava 26,4% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 27,3% em 31 de dezembro de 2017.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

31 de dezembro de 2017 x 31 de dezembro de 2016

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Em 2017, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 3,792 bilhões, uma redução de R\$ 1,320 bilhão em relação a 2016, principalmente relacionado ao maior pagamento de dívidas em 2017 em relação a 2016. As disponibilidades representavam 7,9% do ativo total em 31 de dezembro de 2017 em comparação a 11,3% em 31 de dezembro de 2016.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 618 milhões, uma evolução de R\$ 83 milhões em relação ao saldo de 2016. As contas a receber de cartão de crédito aumentaram R\$ 169 milhões em relação a 2016, decorrente de: (i) maior patamar de vendas; (ii) menor saldo de recebíveis antecipados, mediante estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de impostos a recuperar de curto prazo diminuiu em 11,6%, passando de R\$ 674 milhões em 2016 para R\$ 596 milhões. A variação de R\$ 78 milhões negativa, associada a variação no longo prazo de acréscimo de R\$ 1,115 bilhão, variando líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

entre os dois R\$1,037 bilhão. Este acréscimo se refere principalmente a créditos extemporâneos de ICMS-ST de 723 milhões referente a períodos anteriores, e além do novo patamar de créditos recorrentes.

Despesas antecipadas e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017, as despesas antecipadas e outras contas a receber aumentaram 11,3%, passando de R\$ 371 milhões em 2016 para R\$ 413 milhões, variação de R\$ 42 milhões, em função principalmente de contas a receber de seguradoras, compensados por outros efeitos menos relevantes.

Estoques

Em 2017, os estoques aumentaram 3,9% ou R\$ 181 milhões, passando de R\$ 4,641 bilhões em 2016 para R\$ 4,822 bilhões, principalmente em função do aumento no estoque do Assaí para suportar o forte crescimento de vendas.

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques representavam 10,1% do ativo total e 10,3% em 31 de dezembro de 2016.

Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível e investimentos, passou de R\$ 2,141 bilhões em 2016 para R\$ 3,452 bilhões em 2017. O aumento de R\$ 1,311 bilhão se explica principalmente pelo crescimento de R\$ 1,115 bilhão dos tributos a recuperar. Em 31 de dezembro de 2017, estas contas representavam 7,2% do ativo total e 4,8% em 31 de dezembro de 2016.

Investimentos

Em 2017, os investimentos diminuíram 47,0%, passando de R\$ 334 milhões em 2016 para R\$ 177 milhões. Esta redução se deve principalmente a dividendos recebidos da FIC. Em 31 de dezembro de 2017 os investimentos representavam 0,4% do ativo total e 0,7% em 31 de dezembro de 2016.

Imobilizado

Em 2017, o imobilizado permaneceu praticamente estável, passando de R\$ 9,182 bilhões em 2016 para R\$ 9,138 bilhões. Esta redução de R\$ 44 milhões é representada por R\$ 1,367 bilhão de adição, R\$(701) milhões de depreciação, R\$ (536) milhões de baixa, R\$ (161) milhões de operações descontinuadas e R\$ (13) milhões de transferência. Em 31 de dezembro de 2017, o ativo imobilizado representava 19,2% do ativo total em comparação a 20,4% em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangíveis

Em 2017, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de 0,8%, passando de R\$ 1,908 bilhão em 2016 para R\$ 1,924 bilhão. A evolução de R\$ 16 milhões está relacionada à movimentação nos negócios alimentares. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos intangíveis representavam 4,0% do ativo total em comparação a 4,2% em 31 de dezembro de 2016.

Passivo

Circulante

Fornecedores

O passivo com fornecedores passou de R\$ 7,232 bilhões em 2016 para R\$ 8,128 bilhões em 2017. Essa variação de R\$ 896 milhões ocorreu principalmente pelo aumento do saldo do Assaí em função do aumento das atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2017, o passivo com fornecedores representava 17,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 16,1% em 31 de dezembro de 2016.

Empréstimos e Financiamentos – curto prazo

Em 2017, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, diminuíram 67,8%, passando de R\$ 2,389 bilhões em 2016 para R\$ 770 milhões, em função do pagamento dos empréstimos em 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos de curto prazo, sem considerar as debêntures, representavam 1,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 5,3% em 31 de dezembro de 2016.

O saldo combinado de empréstimos e financiamentos e debêntures, somando-se curto e longo prazo reduziu R\$ 1,281 bilhão relacionado a vencimentos no ano de 2017.

Debêntures – curto prazo

O endividamento de curto prazo representado por debêntures de emissão da Companhia reduziu 15,3% em 2017, passando de R\$ 568 milhões em 2016 para R\$ 481 milhões. A queda se deve principalmente ao vencimento de nota promissória em 2017. Em 31 de dezembro de 2017, as debêntures de curto prazo representavam 1,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,3% em 31 de dezembro de 2016.

Veja comentários combinados nos empréstimos e financiamentos do curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Salários e encargos sociais*

Em 2017, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R\$ 26 milhões, passando de R\$ 614 milhões em 2016 para R\$ 640 milhões, cuja variação é principalmente em função do dissídio do ano e seus efeitos em encargos e provisões trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações sociais e trabalhistas representavam 1,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,4% em 31 de dezembro de 2016.

Impostos e contribuições a recolher

Em 2017, o passivo com impostos, taxas e contribuições aumentou 18,5%, passando de R\$ 254 milhões em 2016 para R\$ 301 milhões. A variação ocorreu principalmente devido a adesões no programa de parcelamento - PERT.

Em 31 de dezembro de 2017, os impostos, taxas e contribuições representavam 0,6% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar em comparação a 31 de dezembro de 2016.

*Não Circulante**Empréstimos e Financiamentos – longo prazo*

Em 2017, os empréstimos e financiamentos de longo prazo, sem considerar as debêntures, reduziram 20,3%, passando de R\$ 1,008 bilhão em 2016 para R\$ 803 milhões. Esta diminuição se deve a captação no formato de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos de longo prazo, sem considerar as debêntures, representavam 1,7% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,2% em 31 de dezembro de 2016.

Debêntures – longo prazo

Em 2017, o endividamento de longo prazo representado por debêntures de emissão da Companhia aumentou 33,1%, passando de R\$ 1,904 bilhão em 2016 para R\$ 2,534 bilhões. Este aumento se deve a juros no exercício e captação no formato de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Em 31 de dezembro de 2017, as debêntures de longo prazo representavam 5,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 4,2% em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 24,3%, passando de R\$ 317 milhões em 2016 para R\$ 394 milhões, em função de amortização fiscal de ágio no exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e contribuição social diferidos representavam 0,8% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 0,7% em 31 de dezembro de 2016.

Impostos Parcelados

Em 2017, os impostos parcelados, incluindo REFIS, apresentaram aumento de 4,8%, passando de R\$ 540 milhões em 2016 para R\$ 566 milhões, em decorrência de nova adesão a programas em 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, os impostos parcelados representavam 1,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2016.

Provisão para demandas judiciais

Em 2017, a provisão para demandas judiciais diminuiu 5,9%, passando de R\$ 1,177 bilhão em 2016 para R\$ 1,107 bilhão. Os principais fatores foram a redução relacionada a adesões em programas de parcelamento.

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para demandas judiciais representava 2,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,6% em 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio Líquido

Em 2017, o patrimônio líquido aumentou 5,0%, passando de R\$ 12,417 bilhões em 2016 para R\$ 13,041 bilhões. As principais movimentações foram: (i) lucro líquido de R\$ 811 milhões; (ii) constituição de reserva de opções outorgadas de R\$ 27 milhões; (iii) adições de R\$ 11 milhões de capital oriundo de exercício de opções de ações; iv) juros sobre capital próprio no valor de R\$ (101) milhões; e v) dividendos no valor de R\$ (87) milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido representava 27,3% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 27,6% em 31 de dezembro de 2016.

Participação de acionistas não controladores

Em 2017, a participação de acionistas não controladores aumentou 7,6%, passando de R\$ 2,652 bilhões em 2016 para R\$ 2,853 bilhões. Esse acréscimo ocorreu principalmente em função do lucro de R\$ 231 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Demais contas patrimoniais*

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

(a) *resultados das nossas operações, em especial:*

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita*

As receitas do Grupo são provenientes das operações do GPA Alimentar, composto pelo Multivarejo e Assaí. As receitas líquidas estão demonstradas na tabela abaixo em relação aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Receita Líquida			
(R\$ milhões)	2018	2017	2016
Consolidado ⁽¹⁾			
Alimentar	49.388	44.634	41.454
Multivarejo ⁽¹⁾	26.489	26.195	26.967
Pão de Açúcar	6.860	6.659	6.711
Extra ⁽²⁾	15.792	16.110	16.776
Proximidade	1.182	1.085	1.131
Outros Negócios ⁽³⁾	2.655	2.341	2.349
Assaí	22.899	18.440	14.487

(1) Inclui vendas do Extra Supermercado, Mercado Extra, Extra Hiper e Compre Bem.

(2) Inclui vendas do Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar.

(3) Inclui as vendas dos Postos de Combustíveis, Drogarias, Delivery e receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais*

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(b) *variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) *impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia*

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras***(a) da introdução ou alienação de segmento operacional*

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo. Como consequência, a Companhia passou a divulgar o resultado líquido, após os impostos, da Via Varejo em uma única linha da demonstração do resultado (vide item 10.3(c)).

Em R\$ milhões:

Descrição	Varejo (a)(*)		Atacado de autosserviços		Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas		Subtotal		Eliminação/Outros (**)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
		Reapre-sentado		Reapre-sentado		Reapre-sentado		Reapre-sentado		Reapre-sentado		Reapre-sentado
Receita líquida de vendas	26.489	26.194	22.899	18.440	-	-	49.388	44.634	-	-	49.388	44.634
Ativo circulante	7.680	7.187	4.218	3.090	24.557	22.996	36.455	33.273	(151)	(257)	36.304	33.016
Ativo não circulante	11.532	11.150	5.029	3.569	-	-	16.561	14.719	(16)	(28)	16.545	14.691
Passivo circulante	8.245	7.966	5.248	3.414	19.459	17.897	32.952	29.277	(167)	(285)	32.785	28.992
Passivo não circulante	5.716	4.973	409	701	-	-	6.125	5.674	-	-	6.125	5.674
Patrimônio líquido (b)	5.251	5.398	3.590	2.544	5.098	5.099	13.939	13.041	-	-	13.939	13.041

(*) O segmento do varejo inclui GPA Malls & Properties.

(**) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias. Na visão dos Administradores, as eliminações do resultado são efetuadas dentro do próprio segmento, além da equivalência da Companhia sobre Luxco.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(b) *da constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

(i) Cheftime e James Delivery

A Companhia completou no ano a aquisição do controle de duas entidades, sendo James Delivery que é uma empresa de entregas e Cheftime que fornece kits gastronômicos. Os ativos líquidos de tais empresas (representando cerca de R\$1) e as considerações pela aquisição foram mensurados de maneira preliminar e serão completados durante 2019.

(c) *dos eventos ou operações não usuais*

(i) Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo S.A. ("Via Varejo"), em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

Ao longo de 2018 a Companhia buscou ativamente a venda a potenciais investidores estratégicos que não se completou até 31 de dezembro de 2018 por fatores externos fora do controle da Companhia, entre outros, ao cenário macroeconômico. O Conselho de Administração ampliou as alternativas de venda determinando a conclusão até 31 de dezembro de 2019, incluindo a possibilidade de venda da participação por meio de operações no mercado de capitais.

Em novembro de 2018, foi concluído o processo de migração da listagem das ações da Via Varejo para o segmento Novo Mercado da B3.

Dentro deste novo contexto, na mesma reunião o Conselho de Administração, autorizou a alienação de 50.000.000 de ações ordinárias da Via Varejo, correspondente a 3,86% do seu capital social, por meio de uma transação de TRS (Total Return Swap) com instituição financeira de primeira linha (nota 17.10 das demonstrações financeiras), por meio da qual tais ações foram vendidas em operações diárias conduzidas pelo banco. Este contrato foi liquidado ao fim de fevereiro de 2019.

O Conselho de Administração aprovou no dia 20 de fevereiro de 2019 a celebração de novo contrato de TRS, autorizando a alienação de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias da Via Varejo detidas pela Companhia, correspondentes a 3,09% do capital social da Via Varejo.

As operações de TRS não implicam na alteração da composição do controle ou na estrutura administrativa da Via Varejo.

Desta forma, como é altamente provável a alienação do investimento da Companhia na Via Varejo em 2019, as operações da subsidiária são apresentadas como operações descontinuadas, conforme requerido no CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5). A divulgação do resultado líquido da Via Varejo é incluída em uma única linha na demonstração do resultado após os impostos e os saldos ativos e passivos como mantido para venda e operações descontinuadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia prepara suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IFRS (*International Financial Reporting Standards*), sendo que as primeiras demonstrações financeiras que seguiram tais regras foram as do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis por nós adotadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, exceto pela adoção retrospectiva do CPC 47 e CPC 48 (notas explicativas 5.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e item 10.1 deste Formulário de Referência).

IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil – Aplicação prevista para 1/1/2019

O CPC 06(R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, que substitui o CPC 06(R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019; exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e de um passivo financeiro relativo aos pagamentos de aluguéis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento. Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, a Companhia reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será impactado negativamente. Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de aluguel é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A Companhia detém principalmente arrendamentos de imóveis, representando uma despesa de aluguel mínimo não cancelável de R\$937 de um total de R\$982 para o final do ano de 2018. A adoção da norma CPC 06(R2) impactará principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas e Centros de Distribuição da Companhia, particularmente aqueles associados às suas operações de Varejo.

Em 2018, a Companhia continuou a coletar e analisar os dados necessários para a aplicação do IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. A Companhia está implementando um software para garantir o monitoramento operacional e financeiro totalmente integrado desses arrendamentos. A implementação do software será finalizada no primeiro trimestre de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia decidiu adotar a abordagem retróspetiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Como resultado, os períodos comparativos serão reapresentados.

A Companhia optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos:

- Locações de bens de curto prazo,
- Arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor.
- Alugueis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, alugueis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.
-
- O prazo do arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.
-
- A taxa de desconto utilizada para calcular o direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil será determinada com base em alguns dados históricos que sejam diretamente atribuíveis à Companhia e / ou diretamente observáveis do mercado, tais como:
 - A taxa de endividamento histórica (Spread de risco da Companhia) na aquisição de ativos similares e o endividamento da Companhia.
 - A curva futura livre de risco por prazo de vencimento
- O impacto estimado no balanço patrimonial de abertura a partir de 1º de janeiro de 2019 levaria a:
- Um aumento de ativos (principalmente através do reconhecimento de um direito de uso) de R\$3,6 bilhões,
- O reconhecimento de um passivo financeiro de arrendamento de R\$4,8 bilhões,
- Um aumento no imposto diferido ativo de R\$0,3 bilhão,
- Uma diminuição no patrimônio líquido (líquido de impostos) de R\$0,8 bilhão.
- O impacto estimado na reapresentação do resultado de 2018 levaria a:
 - Uma reversão da despesa de arrendamentos de R\$1 bilhão
 - Reconhecimento de despesa de amortização do direito de uso de R\$0,5 bilhão
 - Reconhecimento de despesa de juros de R\$0,6 bilhão
 - Diminuição do lucro líquido de R\$ 0,1 bilhão

A Companhia optou por uma apresentação do direito de uso e do passivo financeiro dos arrendamentos em linha separada no balanço patrimonial.

Dada a complexidade deste novo pronunciamento, certos temas ainda estão sendo discutidos no mercado. Assim, os valores acima apresentados podem sofrer alterações até a sua adoção inicial no 1º trimestre de 2019, pois as estimativas da Companhia podem ser impactadas caso certas premissas sejam alteradas em discussões na adoção pelo mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou compromissos relativos aos pagamentos mínimos não canceláveis de arrendamento de R\$411 de acordo com a CPC06 R1 (nota explicativa nº22), que correspondiam principalmente a imóveis, como lojas e Centros de Distribuição utilizados como locatário em suas atividades. A diferença entre o compromisso fora do balanço patrimonial e a estimativa da dívida de alugueis do IFRS 16 em imóveis deve-se principalmente a:

- alteração do critério de mínimo cancelável nos termos do CPC 06(R1), para razoavelmente certo nos termos do CPC 06(R2).
- cálculo do valor presente dos fluxos de alugueis no termo do CPC 06(R2) comparado com os fluxos nominais do CPC 06(R1).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Dada a falta de uma posição regulatória para os métodos de aplicação de testes de impairment, a Companhia não realizou um novo teste de impairment levando em consideração os efeitos do CPC 06 (R2).

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicáveis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

1) Redução ao valor recuperável - *impairment*

Conforme método divulgado na nota explicativa nº4.9, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

a) Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 4,1% (3,4% em 2017) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 10,1% (9,9% em 2017) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo, atacado de autosserviços, eletroeletrônico e comércio eletrônico, sendo que os dois últimos estão destinados a venda (nota explicativa nº 32).

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,1%, e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,5% para o varejo e para o atacado (5,5% em 31 de dezembro de 2017). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A marca de atacado de Autosserviços refere-se à “ASSAÍ”, e as marcas de eletroeletrônicos referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

Os ativos líquidos totais da Via Varejo consolidados, incluindo Cnova Brasil, foram avaliados conforme descrito na nota explicativa nº32.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**2) Impostos sobre a renda**

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº20 fornece outros detalhes sobre impostos.

3) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4) Pagamentos com base em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e os modelos adotados na estimativa do valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciadas na nota explicativa nº24.5.

5) Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

6) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A subsidiária Via Varejo, para calcular a perda estimada da carteira de financiamento ao consumidor CDCI utiliza a análise de crédito realizada no momento da venda, bem como as movimentações de vencimento subsequentes da carteira, a partir de 60 dias. A variação do desemprego também é observada nessa estimativa.

7) Tributos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

8) Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

a) Arrendamento operacional

(i) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que os contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência. Na ocorrência de cancelamento do contrato serão devidos pagamentos mínimos de rescisão, os quais podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal sobre o valor total do aluguel remanescente até o final do contrato, como está demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Pagamentos mínimos na rescisão	367	356	411	392
Total	367	356	411	392

(ii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas (receitas) do exercício:				
Pagamentos não contingentes e contingentes	762	743	982	937
Subarrendamentos (*)	(177)	(166)	(191)	(174)

(*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram conforme o quadro a seguir:

Nota: Vide explicação quanto a adoção do CPC06/IFRS 16 a partir de 1/1/2019 no item 10.4 deste formulário de referência ou nota 6 das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	30	46	35	51

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

De 1 a 5 anos	90	110	92	117
Mais de 5 anos	23	25	25	27
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	143	181	152	195
Encargos futuros de financiamento	163	175	172	185
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	306	356	324	380

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2018 ou de 31 de dezembro de 2017.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2018 ou de 31 de dezembro de 2017.

(iv) contratos de construção não terminada

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2018 ou de 31 de dezembro e 2017.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2018 ou de 31 de dezembro e 2017.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos mencionados no item 10.6(a) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras consolidadas todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

(b) natureza e o propósito da operação;

Não aplicável.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) *investimentos*

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos para o Multivarejo, GPA Malls e Assaí para o ano de 2019 totaliza até 1,8 bilhão, para (i) conversão, abertura e reforma de lojas; e (ii) infraestrutura em TI, logística e outros projetos de melhoria da eficiência. Esse montante não contempla o Plano de Investimentos para a Via Varejo e suas controladas.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do nosso fluxo de caixa operacional, reserva de expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, financiamentos obtidos junto ao BNDES, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e notas promissórias.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

Ao longo de 2018 a Companhia buscou ativamente a venda a potenciais investidores estratégicos que não se completou por fatores externos fora do controle da Companhia, entre outros, ao cenário macroeconômico. O Conselho de Administração ampliou as alternativas de venda determinando a conclusão até 31 de dezembro de 2019, incluindo a possibilidade de venda da participação por meio de operações no mercado de capitais.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade operacional

Não há eventos a divulgar.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.